

Itaipu: seis meses para repensar 50 anos¹

João Carlos Mello²

A longeva dívida contraída para a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu chegou ao fim. Neste ano, em que completa meio século de fundação, a empresa realizou o derradeiro aporte de US\$ 115 milhões para o cumprimento de suas obrigações com a Eletrobras e com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O fim deste histórico arranjo financeiro, todavia, foi apenas o começo de um debate cujo desfecho deve acontecer a partir de agosto: a renegociação do chamado Anexo C, documento que contém as bases financeiras e de prestação dos serviços de eletricidade da usina.

Vale dizer que esse debate começou tarde. A importância de Itaipu é superlativa, tanto quanto os números que envolveram o projeto. Com 20 unidades geradoras e 14 GW de potência instalada, a usina de Itaipu é uma das maiores hidrelétricas do mundo. Ela fornece cerca de 8,5% da energia consumida no Brasil e supre quase 90% do consumo paraguaio. Além disso, gera royalties divididos igualmente entre os dois países, que somaram mais de US\$ 25 bilhões desde que entrou em operação, em 1984.

A dívida quitada agora foi de US\$ 63,5 bilhões, montante que abrangeu a infraestrutura do empreendimento, da desapropriação de terras à compra de equipamentos. Os recursos para o pagamento, previstos no Anexo C, representavam 66% da tarifa da usina. Um dos pontos centrais na renegociação é o preço da energia, agora que essa rubrica está fora da conta. Do lado brasileiro, a expectativa era de reduções tarifárias substanciais para os consumidores das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, cujas distribuidoras adquirem, por lei, a energia de Itaipu.

No ano passado, o então ministro de Minas e Energia, Adolfo Sachsida, antecipando-se à quitação do empréstimo, deu um passo em direção à

¹ Artigo publicado no Valor Econômico. Disponível em:

<https://valor.globo.com/opiniao/coluna/itaipu-seis-meses-para-repensar-50-anos.ghtml>.

Acesso em: 03 de mai. de 2023.

² Presidente da Thymos Energia.

modicidade tarifária. Sem a anuência dos sócios paraguaios, o ex-ministro propôs uma tarifa de US\$ 12,67 por kW (em torno de R\$ 64) para o custo da energia de Itaipu, uma redução de cerca de 40%. O atual diretor-geral da usina pelo lado brasileiro, Enio Verri, logo que assumiu o cargo, porém, sinalizava que as chances de obter anuência dos vizinhos para este valor eram poucas: haveria aumento. O resultado chegou em abril. A tarifa estipulada bilateralmente foi de US\$ 16,71 por kW (em torno de R\$ 84), quantia 19,5% menor que o custo praticado em 2022, de US\$ 20,75 por kW (R\$ 103,75), mas quase 32% maior do que o valor provisório.

Embora os consumidores brasileiros reclamem do alto preço da energia de Itaipu quando comparada a hidrelétricas 100% nacionais, do lado de lá a conta é outra. De acordo com o tratado, cada país tem direito a 50% da energia gerada em Itaipu, de acordo com sua capacidade instalada. O Brasil, além de sua parcela, adquire cerca de 30% da energia que pertence ao Paraguai a preço de custo, ou seja, pelo valor da tarifa. Há anos os paraguaios reclamam que o Brasil “paga pouco” pela energia e sonham em vendê-la a preço de mercado. Se não para este comprador, talvez para outro.

A tarefa não é fácil. Há muita desinformação a respeito do que se pode ou não fazer com a energia de Itaipu. O tratado binacional prevê, em seu artigo XIII, que os países-donos do empreendimento estão comprometidos a adquirir o total da potência instalada. Isso não está no Anexo C, como muitos supõem; está no texto principal e, para alterá-lo, seria preciso a aprovação do Congresso Nacional.

Mas há outros caminhos que a renegociação do Anexo C pode abrir para o Paraguai, e também para o Brasil. O Ambiente de Contratação Livre (ACL) é uma alternativa que poderia transformar o sonho guarani de vender energia para o mercado em realidade. E por que não fazemos o mesmo do lado de cá? A descotização da energia de Itaipu, liberando as distribuidoras do Centro-Sul do país da obrigação de compra, seria um avanço no processo de modernização do mercado, ajudando a mitigar um dos maiores desafios que temos hoje para a abertura total, a todos os consumidores de energia: os contratos legados.

O sistema de cotas teve como principal benefício garantir a aquisição da energia gerada pela usina, provendo recebíveis como garantia para os financiamentos da sua construção. Mas esse arranjo não se encaixa mais na conjuntura atual, marcada pelo fim da dívida, pela sobrecontratação de energia amargada pelas distribuidoras e por uma crescente necessidade de eletricidade disponível para atender um mercado livre em franca expansão.

A renegociação do Anexo C é, de certa forma, uma reflexão sobre qual papel Itaipu vai desempenhar daqui para frente. Nossos vizinhos têm objetivos claros, sabem da importância da usina para as receitas públicas e para o fomento à economia paraguaia. E quanto a nós?

De acordo com o tratado original, Itaipu não pode auferir lucro; a tarifa de energia equivale aos custos do serviço prestado (Custos de Serviço de Eletricidade - Cuse). Mas, após a introdução de sua missão socioambiental no planejamento estratégico da companhia, em 2003, o Cuse passou a incluir os desembolsos com obras de infraestrutura para promover o desenvolvimento socioeconômico em sua área de influência. No lado do Brasil, os recursos são destinados a 15 cidades do Paraná e um município do Mato Grosso do Sul limdeiros ao empreendimento. Do outro lado da fronteira, os recursos são centralizados no governo e estima-se que representam quase 20% do orçamento do Ministério de Obras Públicas.

O Brasil, por sua vez, tem caminhado para um modelo de mercado mais dinâmico e aberto, com matriz diversificada e ênfase nas fontes renováveis. A descotização e privatização da Eletrobras foi um passo importante nessa direção. Os esforços para racionalização de subsídios vão na mesma linha: há anos defendemos que a tarifa de energia não deve servir como fonte de recursos para políticas públicas que nada tem a ver com o setor elétrico. Em nosso horizonte, vemos um mercado cada vez mais livre, que logo chegará ao varejo.

Temos alguns meses para resolver qual será o papel de Itaipu, uma das maiores e mais eficientes obras de engenharia do século passado, no setor elétrico brasileiro do futuro. Se formos bem-sucedidos, podemos dar passos importantes em prol da modernização. Se não formos, corremos o risco de repetir a inércia da UHE Yacyretá, também no rio Paraná. O empreendimento argentino-paraguaio seguiu os moldes de Itaipu e teria seu Anexo C renegociado em 2014. Nada aconteceu, o texto original continua em vigor. Mas os custos de serviço daquela usina não incluem projetos sociais.

No caso brasileiro, caso a renegociação não avance, o provável é que vamos continuar com a tarifa atrelada à Cuse por mais algum tempo - resta saber o que será incluído nesse custo, que tamanho terá a parcela de investimento socioambiental, e quanto o consumidor brasileiro estará disposto a pagar por isso.